



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N°02/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N°02/2019

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM/ROTA

DATA DE ABERTURA: 06/02/2019

HORÁRIO DA ABERTURA: 10h00min

LOCAL DA ABERTURA: Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Rua Anitápolis n°250 1° Andar, Centro, Alfredo Wagner-SC.

1. PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, através da Comissão Permanente de Licitação, realizará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do **Tipo Menor Preço por ITEM/ROTA**, regida pela Lei 10.520, de 17/07/02, pelos Decretos Municipais n°4324/19 e n°4325/19 subsidiariamente pela Lei n° 8.666/93 com suas alterações posteriores.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de serviço de transporte escolar para a Secretaria de Educação do Município de Alfredo Wagner, abaixo divididos por rotas, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I, parte integrante deste edital.

2.2. - DO SERVIÇO

2.2.1 O veículo transportará os alunos do ponto inicial (rota) à respectiva escola onde foi matriculado e/ou ponto de ligação estabelecido na Rota e vice-versa;

2.2.2 Cabe a Prefeitura determinar os pontos de cada linha atendido o disposto no Anexo I;

2.2.3 As viagens terão horários fixados compatíveis com os horários das escolas e transportes de ligação;

2.2.4 Poderá existir alteração na quantidade de alunos transportados, bem como, nos quilômetros rodados e suas respectivas linhas em decorrência de novas matrículas.

2.2.4.1 Caso haja necessidade de reestruturação das linhas, tais alterações serão efetuadas pela



Prefeitura, em conformidade com a Lei n.º 8.666/93, Art. 65, Parágrafo Primeiro;

2.2.5 A Contratada deverá seguir o que dispõe a Lei Federal n.º 9.503/97 (Código Nacional de Trânsito), em especial o disposto nos Art. 136 a 138, com relação à segurança no transporte de passageiros, especialmente crianças, cabendo a Contratada toda a responsabilidade por quaisquer tipos de acidentes;

2.2.6 A Contratada estará sujeito à fiscalização que poderão ser efetuadas pela Administração em qualquer tempo, ou também, pelo DETRAN na vistoria geral dos veículos para que estejam em perfeitas condições de uso;

2.2.7 Prova de compatibilidade entre os veículos e seus motoristas o que exige a lei vigente, em especial o disposto nos artigos 136 a 138 da Lei Federal n.º 9.503/97 (Código Nacional de Trânsito).

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta dos recurso orçamentário vigente para o ano de 2019.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas às exigências, inclusive quanto a documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

4.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas que estejam:

4.2.1- Concordatárias ou em processo de falência;

4.2.2 - Com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

4.2.3 - Estrangeiras que não funcionem no país.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira por um representante munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório e, venha a responder por sua representada;

5.1.1 Os documentos que instruem o credenciamento deverão ser entregues fora dos envelopes de proposta e habilitação, podendo ser entregues em cópia autenticada ou cópia simples com a exibição do original para autenticação pela Equipe de Apoio.

5.2 O credenciamento entregue à Pregoeira deverá conter:



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER
CNPJ: 83.102.608/0001-54

- a) Carteira de identidade em original e xérox, ou outro documento equivalente com fotografia;
- b) Instrumento de procuração pública ou particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente (caso não seja sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado);
- c) Cópia do Estatuto ou Contrato Social ou Requerimento Individual de Empresário, comprovando a legitimidade do outorgante. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social ou Requerimento Individual de Empresário, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- d) No caso de Microempreendedor Individual apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com.br>.
- e) Carta de Credenciamento - anexo III

5.3 - O credenciamento poderá ser feito a qualquer momento na licitação, sendo que o novo credenciado poderá ofertar lances somente durante a sessão de julgamento, somente a partir do seu credenciamento, ficando precluso o seu direito de interpor recurso no que se refere a fatos ou situações que ocorreram antes do seu credenciamento.

5.4 - Será admitido apenas (01) um representante para cada licitante credenciado, permitindo-se sua substituição, desde que com os poderes necessários ao credenciamento.

5.5 - As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.6 - E em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.6.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.7. Para os licitantes que queiram se beneficiar das prerrogativas da Lei Complementar n. 123/06, devem apresentar:



5.7.1 No caso de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte devem apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da empresa ou do *Registro Civil de Pessoas Jurídicas*, conforme a forma da constituição empresarial juntamente com o credenciamento;

5.7.2 No caso de Microempreendedor Individual, apresentar declaração de enquadramento como Microempreendedor Individual, (modelo - Anexo VI), quando o proponente se enquadrar como tal e desejar fazer uso dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123/06;

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. A Proposta de Preços e os Documentos que a instruírem, deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em 2 (dois) envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, e atender os seguintes requisitos:

a) Envelope 1: Proposta de Preços

b) Envelope 2: Documentação de Habilitação, composto pelos Documentos de Habilitação exigidos no item 9 deste Edital.

6.1.1. Os envelopes deverão conter, ainda, em sua parte externa, os dizeres:

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
PREGÃO PRESENCIAL N°02/2019
ENVELOPE N° 01 - PROPOSTA

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2019
ENVELOPE N° 02 - DOCUMENTAÇÃO

6.2 Declarada a abertura da sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos invólucros.

6.3. Serão abertos os invólucros contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pela Pregoeira e pelos participantes.

7 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 Cada proposta de preço deverá obedecer ao que segue, sendo que a sua apresentação implicará na aceitação das condições descritas neste Edital:



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER
CNPJ: 83.102.608/0001-54

7.1.2 Constar 01 (uma) via, impressa em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, **devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente.**

7.1.3. Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, profissão, CPF e/ou Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa.

7.1.4 **Ter preços com validade de 12 meses** a contar da contratação.

7.1.5. **Validade da proposta Mínima 60 dias:**

7.1.6. Ser apresentada com cotação de preços definida no objeto deste Edital e seu anexo, em moeda corrente nacional (R\$ 1,00), expressos em algarismos e o total geral da proposta por extenso, básicos para a data de apresentação da proposta;

7.1.7. Constar preço unitário e total, por **item cotado**. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e, entre os expressos em algarismos e por extenso será considerado este último;

7.2. **Nos preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, inclusive impostos**, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, sendo para todos os efeitos o qual se presumirá assim independentemente de declaração;

7.3. Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.4. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos a Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner sem ônus adicionais.

7.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.6. A apresentação de proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.7. Todos os participantes deverão apresentar cópia CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo) com código do RENAVAL, junto à proposta em nome do participante.



7.7.1 Em se tratando de veículos sublocados a empresa licitante deverá apresentar declaração formal do proprietário do(s) veículo(s), com firma reconhecida, autorizando a indicação/disponibilidade do(s) veículo(s) para execução dos serviços.

7.8. Para cada proposta de rota, deverá ser apresentado um veículo de acordo com as características no anexo I.

7.9. Serão desclassificados os licitantes que apresentarem o mesmo veículo para rotas diferentes.

7.10. Se o licitante propor para o item desejado um veículo com capacidade inferior (nº de passageiros) ao exigido na tabela acima será desclassificado. Contudo se o licitante ofertar com base num veículo de maior capacidade, o município pagará de acordo com o tipo de veículo exigido no presente edital, ficando a diferença ao encargo do licitante.

7.10. TODOS OS LICITANTES DEVERÃO ATENDER AO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA (TAC) FIRMADO EM 20/12/2012, ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER E O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. JUNTAMENTE COM A ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, (condição no qual os veículos deverão ter seu ano de fabricação a partir de 2009 etc).

7.11.1 O referido TAC encontra-se a disposição no Setor de Licitação, e anexo ao processo licitatório.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. As Propostas serão **julgadas e adjudicadas por rota**, conforme definidos neste Edital e seus Anexos.

8.2. Serão classificados pela Pregoeira, o proponente que apresentar a proposta de menor preço, definido no objeto deste Edital e seus Anexos e, as propostas com preços até 10% superiores àquele ou, as propostas das 03 (três) melhores ofertas.

8.3. Aos proponentes classificados conforme subitem:

8.3.1. Será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

8.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 16.7 c/c 15 deste Edital.

8.5. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva (de lances) e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

8.6. A pregoeira examinará a aceitabilidade quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira



classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

8.7. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado, com base nos dados cadastrais, assegurado o direito de atualizar seus dados no ato, ou, conforme documentação apresentada na própria sessão, quando for o caso. Passando-se neste caso abertura do Envelope de Habilitação.

8.8. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital e seus Anexos, pela Pregoeira.

8.9. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicada a aquisição, definida no objeto deste Edital e seus Anexos.

8.10. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pela Pregoeira e licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado este direito.

8.11. Verificando-se no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada, bem como quando cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital e que apresentem preço baseado exclusivamente em propostas dos demais licitantes.

8.12. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa em sessão e na proposta específica, prevalecerá a da proposta.

8.13. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. A documentação exigida para habilitação nesta licitação é a que segue:

9.2 Se Pessoa Jurídica:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas (**CNPJ**)
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal (certidão conjunta INSS e RFB), Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;



- c) Prova de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- d) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio do licitante.
- e) Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (**Não emprega menores de idade**). Anexo V.
- e) Declaração de **idoneidade**.
- g) Declaração que está de acordo com o **edital**. Anexo IV.
- h) **Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT)**;
- i) **Documentação do veículo a ser utilizado nos serviços, em situação regular, perante as normas do Conselho Nacional de Trânsito, com capacidade de passageiros condizente com o anexo II.**
- j) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação **categoria “D”** do motorista que fará o transporte dos estudantes, devendo mesmo (**ter idade superior a vinte e um ano - Art. 136, I do CTN**);
- l) **apresentação do Certificado ou carteirinha do Curso Específico para Transporte Escolar válido, emitido por órgão credenciado junto ao DENATRAN;**

9.3. Se Pessoa Física:

- a) **Identidade;**
- b) **CPF;**
- c) Comprovante de Endereço ou declaração de domicílio;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal (certidão conjunta INSS e RFB), Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei
- e) **Certidão Negativa de Débito trabalhista (CNDT)**;
- f) **Documentação do veículo a ser utilizado nos serviços, em situação regular, perante as normas do Conselho Nacional de Trânsito, com capacidade de passageiros condizente com o anexo II, em nome do participante;**
- g) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação **categoria “D”**, do motorista que fará o transporte dos estudantes (**no caso de pessoa física o próprio contratado e ter idade superior a vinte e um ano - Art. 136, I do CTN**);
- h) Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (**Não emprega menores de idade**). Anexo V.
- i) Declaração de **idoneidade**.
- j) Declaração que está de acordo com o **edital**. Anexo IV;
- l) **apresentação do Certificado ou carteirinha do Curso Específico para Transporte Escolar válido, emitido por órgão credenciado junto ao DENATRAN**

9.4 Na data da abertura do Pregão, desde que não haja nenhum outro interessado na Rota a ser licitada, poderá ser concedido prazo de até 30 dias ao licitante não habilitado para que



regularize a apresentação do Certificado ou carteirinha do Curso Específico para Transporte Escolar válido, emitido por órgão credenciado junto ao DENATRAN, em atenção ao disposto no CTB art. 138;

9.5 A documentação exigida para habilitação poderá ser substituída por Certificado de Registro Cadastral (CRC) dentro do prazo de validade, emitido pela Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, de acordo com a legislação vigente, assegurado ao cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

9.6. Não será aceito para fins de habilitação, o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido por outro órgão público, devendo o interessado cadastrado em outro órgão apresentar a documentação estabelecida no item 8.1. (Decisão TCU 214/97).

9.7. Os documentos necessários à habilitação, quando apresentados por qualquer processo de cópia, deverão estar acompanhados do seu original ou autenticados por cartório competente ou pela Pregoeira e/ou Equipe de Apoio.

9.8. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar embalados em envelope não transparente denominado: ENVELOPE 02: DOCUMENTAÇÃO.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

10.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas.

10.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

11 - DOS RECURSOS

11.1. Durante a sessão de abertura das propostas declarado o(s) vencedor(es), qualquer Licitante poderá manifestar **imediate e motivadamente** a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso, que serão restritas aos motivos já expostos quando da interposição de recurso, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará a decadência do direito de



recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.

11.3. Qualquer recurso e impugnação contra a decisão da Pregoeira, não terá efeito suspensivo.

11.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

11.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Comissão Permanente de Licitação, sito à Rua Anitápolis nº 250, Centro, nesta Cidade, nos dias úteis no horário das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min. **Não serão conhecidos os recursos interpostos, enviados por e-mail e vencidos os respectivos prazos legais.**

12 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA - prazos, condições e local de entrega.

12.1. Cada vencedor terá as seguintes obrigações, após a homologação do certame:

12.1.2. Apresentar o veículo a ser utilizado devidamente registrado no RENAVAM, com itens regulares de segurança e com demais itens:

I - Registro como veículo de passageiros;

II - Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III- Pintura, adesivo ou material imantado de faixa horizontal na cor amarela, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - Registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo de veículos de passageiros com mais de dez lugares;

V - Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira, para os veículos com capacidade maior de dez lugares;

VI - Cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo DENATRAN, CONTRAN demais determinações do Município que a qualquer momento poderá requisitar novos itens, mediante prévia comunicação e com prazo máximo de 30 dias para cumprimento;

VIII - Curso específico para o motorista de transporte escolar e categoria correspondente.

12.2 Caso o veículo for reprovado, por não atendimento a alguma das exigências acima, o vencedor poderá apresentar outro veículo de igual característica e capacidade em substituição, ou requerer o



prazo de 30 dias para regularização da situação anômala.

12.3 Para os vencedores na qualidade de pessoa jurídica que não forem os motoristas dos respectivos veículos, o motorista contratado pelo vencedor deverá ter habilitação condizente com o veículo e respeitar as normas da legislação trabalhista, eximindo o Município de qualquer ônus.

12.4. Efetuar os serviços que eventualmente for solicitado por meio de nota de empenho no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos do recebimento deste, ou da assinatura do instrumento de contrato ou de documento equivalente;

12.5. Todas as despesas de entrega correrão por parte da contratada vencedora, inclusive tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

13 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1 - O objeto da presente licitação será recebido em dias úteis no local e endereço indicados pelo Secretário Municipal de Educação, com base nas rotas estabelecidas.

13.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- d) O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente contado da data de entrega do (s) bem (ns) uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

f) Por ocasião do início efetivamente dos trabalhos, será conferido as quilometragens e alterado para mais ou para menos conforme legislação vigente.

14- DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetuado em nome do participante em 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante, à vista do respectivo Termo de Recebimento provisório ou definitivo.



14.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.

14.3 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada ou pessoalmente por seu representante na Tesouraria Municipal.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas hipóteses legais.

15.2 Na hipótese de apresentação de declaração falsa ou deixar de apresentar a documentação exigida para o certame, ficará impedido de contratar com a Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais.

15.3 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

15.4- Os procedimentos para aplicação de advertências e multas relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

15.5 - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas no parágrafo anterior, serão conduzidos no âmbito da Secretaria de Administração e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 É facultado a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública por parte de cada participante, exceto nos casos do subitem 5.9.

16.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.3 O resultado do presente certame será divulgado no órgão de imprensa oficial do Município, qual seja, o Mural da sede do Poder Executivo.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER
CNPJ: 83.102.608/0001-54

16.4 Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

16.5 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.7 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceita pela Autoridade Superior, nos casos previstos na Lei.

16.8 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde de que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário;

16.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner/SC.

16.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

16.11 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato, sendo que a simples participação interpretar-se-á que se compromete a todas as exigências do edital.

16.12 Os serviços adjudicados à licitante será contratado pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da administração, até 60 (sessenta) meses.

16.13 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, **deverá ser encaminhado, por escrito, ao** Pregoeiro, na Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Centro, nesta cidade, no prédio da Prefeitura, ou ainda, pelo telefone (48) 3276-1211 (Setor de Licitações).



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER
CNPJ: 83.102.608/0001-54

16.13.1. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, não garantindo direitos aos participantes.

Alfredo Wagner, 22 de Janeiro de 2019.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal



ANEXO I

DESCRIPTIVO DAS LINHAS E QUANTITATIVOS

Rota	Percurso/Itinerário	Turno	Km total/ diário	Km Total/ Média Anual	Capacidade mínima do veículo	Tipo de Veículo	Valor Máx. por Km rodado em R\$
69	Passo da Limeira/Riozinho/Chada da Catuíra	Matutino Vespertino Noturno	130Km	35.880km	09 lugares	Kombi/Van/ Microonibus	R\$ 1,52
71	Saltinho/Alto Saltinho	Matutino Vespertino Noturno	87km	24.200Km	05 lugares	Automóvel	R\$ 1,40
93	Demoras/Canto Triste/Rio das Demoras	Matutino Vespertino Noturno	160Km	44.200km	09 lugares	Kombi/Van/ Microonibus	R\$ 1,52
76	Barro Branco/ Divisa Chapadão Lageado/ Tifa do Ferreiras	Matutino Vespertino Noturno	230Km	63.480km	16 lugares	Van/ Microonibus	R\$1,54
94	Pedra Branca/ Lomba Alta/AABB Via Br 282	Matutino Vespertino Noturno	179km	49.400Km	12 lugares	Kombi/Van	R\$1,52
92	Rio Caixão/ Trombudo/ Lomba Alta	Matutino Vespertino Noturno	94Km	25.940Km	05 lugares	Automóvel	R\$1,40
95	Santa Bárbara/ Costa da Serra	Matutino Vespertino Noturno	157 Km	43.300km	05 lugares	Automóvel	R\$1,40
81	Chapadão da Barrinha/ Alto Jararaca/Alto Rio Engano	Matutino Vespertino Noturno	181Km	49.980Km	16 lugares	Van/ Microonibus	R\$1,54
89	Barro Branco/Tifa dos Venera	Matutino Vespertino Noturno	80Km	23.200Km	09 lugares	Van/Kombi	R\$1,52
72	Barro Preto/Margem Esq/Dir da Ponte Jararaca	Matutino Vespertino Noturno	199Km	54.924Km	16 lugares	Van/Kombi	R\$1,54
83	Arroio da Ponte Alta/Rio Adaga/Praça	Matutino Vespertino Noturno	170Km	46.920Km	05 lugares	Automóvel	R\$1,40
84	Queimado/Xaxim/RodellaAlto Rio Engano	Matutino Vespertino Noturno	160Km	44.260Km	09 lugares	Van/Kombi	R\$1,52
74	Rio Adaga/Morro do Marcio Dias	Matutino Vespertino Noturno	68Km	18.768Km	05 lugares	Automóvel	R\$1,40
85	Limeira/Passo Limeira/São Wendelino	Matutino Vespertino Noturno	148Km	40.850Km	16 lugares	Van/ Microonibus	R\$1,54



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER
CNPJ: 83.102.608/0001-54

75	Catuíra/Chapadão dos Back/ Passo da Limeira	Matutino Vespertino Noturno	106Km	29.270Km	09 lugares	Van/ Kombi	R\$1,52
79	Arnópolis/ Passo Limeira/Mosquito	Matutino Vespertino Noturno	188Km	51.900Km	16 lugares	Van/ Microônibus	R\$1,54

Obs: Serão desclassificadas as propostas que excederem ao valor máximo por Km rodado:

Se o licitante propor para o item desejado um veículo com capacidade inferior (nº de passageiros) ao exigido na tabela acima será desclassificado. Contudo, se o licitante ofertar com base um veículo de maior capacidade, o município pagará de acordo com o tipo de veículo exigido no presente edital, ficando a diferença ao encargo do licitante;

Serão desclassificados os licitantes que apresentarem o mesmo veículo para rotas diferentes;

No item lotação mínima (passageiros), já se encontra incluso o motorista.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER
CNPJ: 83.102.608/0001-54

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL N°02/2019 - Contratação de serviço de transporte escolar para Secretaria de Educação do Município de Alfredo Wagner, abaixo divididos por rotas, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos, parte integrante deste edital.

CRENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o Sr.(o) _____, portador(a) da Célula de Identidade n° _____ e CPF n° _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de Alfredo Wagner/SC, sob o n°02/2019, na modalidade Pregão, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas, lances verbais e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Alfredo Wagner, de Janeiro de 2018.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA E ASSINATURA



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER
CNPJ: 83.102.608/0001-54

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL N°02/2019 - Contratação de serviço de transporte escolar para Secretaria de Educação do Município de Alfredo Wagner, abaixo divididos por rotas, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos, parte integrante deste edital.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(entregar esta declaração fora dos envelopes de proposta e documentação)

(nome da empresa) _____, inscrito(a) no CNPJ
n° _____, por intermédio de
seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a)
_____ da

Carteira de Identidade no _____ e do CPF n° _____,
DECLARA, para fins do disposto no inciso VII do art. 4° da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, que
cumpre plena e rigorosamente os requisitos de Habilitação exigidos pelo instrumento convocatório do
Pregão Presencial n° 02/2019.

nome e número da identidade do declarante



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER
CNPJ: 83.102.608/0001-54

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2019 - Contratação de serviço de transporte escolar para Secretaria de Educação do Município de Alfredo Wagner, abaixo divididos por rotas, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos, parte integrante deste edital.

DECLARAÇÃO

(nome da empresa)....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

(data)

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL,
MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA EQUIPARADA**

....., inscrita no CNPJ no, por
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) , portador(a) da
Carteira de Identidade nº e do CPF no ,
DECLARA, para fins do disposto no item 5.7.2 - Condições para Participação do Edital, sob as sanções
administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Art. 18A da Lei Complementar Federal N.º 123,
de 14/12/2006 e Lei Complementar Federal no 128, de 19/12/2008;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar no 123, de
14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar no 123, de
14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(data)

(representante legal)



ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DURANTE O ANO LETIVO DE 2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER E.....

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER, com sede na Rua Anitápolis nº250 - Centro - Alfredo Wagner - SC , CGC n.º 83.102.608/0001-54, neste ato representada por doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa/pessoa física, com sede em, na rua....., inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º, neste ato representada por, CPF n.º, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato, tendo em vista o resultado da Licitação sob a modalidade Pregão Presencial No. 01/2009, do tipo Menor Preço por ROTA, tudo de conformidade com as disposições da Lei Federal N.º 10.520 e subsidiariamente com as aplicações da Lei Federal 8.666/93, no que couber, mediante as Cláusulas e condições a seguir expressas, que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

É objeto do presente contrato, cuja origem foi a Licitação Modalidade Pregão Presencial No., a contratação de serviço de transporte escolar para estudantes da rede municipal de ensino do Município de Alfredo Wagner -SC.

Parágrafo único - O presente instrumento contratual e, assim, todas as suas disposições, vinculam as partes, nos termos do ato convocatório e anexos, propostas e demais atos da licitação que lhe deu origem, sendo aqueles, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME JURÍDICO



O regime jurídico do presente contrato é o da Lei Federal nº 10.520 e subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal No.8.666, de 21 de junho de 1993 e todas as suas alterações vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

I - Para a prestação de serviço de transporte municipal de alunos, deverão os transportadores, submeterem-se às determinações e a fiscalização da Secretaria Municipal de Educação.

II - Os serviços serão executados com a utilização do(s) seguinte(s) veículo(s): ROTA

..... ; veículo utilitário, placas, com capacidade parapassageiros, nos horários a seguir descritos e determinados:

Parágrafo único O itinerário de qualquer Linha, bem como o horário de realização do transporte, por interesse público, poderão sofrer mudanças no momento que o CONTRATANTE decidir, mediante comunicação ao CONTRATADO, que deverá implementar as novas determinações, conforme as recebeu, garantidos ao mesmo os acréscimos remuneratórios decorrentes de acréscimos de percursos e as respectivas diminuições.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

O preço do serviço de transporte escolar será de R\$ (.....) por quilômetro rodado, na Linha Nº, estimando-se para o ano o valor de R\$

(.....), perfazendo um total anual deste contrato de R\$.....
(.....).

§1º Não será concedido reajustamento de preços durante a vigência do presente contrato, exceto se Lei Federal assim determinar, hipótese em que os reajustes serão concedidos de acordo com a norma legal;

§2º Eventuais termos aditivos de contrato por conta de aumento de quilometragem deverão ser submetidos ao cálculo de novas planilhas de custo.

CLÁUSULA QUINTA - DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

A recomposição de preços, visando o equilíbrio econômico financeiro, para prestação dos serviços ora contratados, dar-se-á, de acordo com o Artigo 65, inciso II, letra d, da Lei federal Nº 8.666/93 e



alterações posteriores, mediante solicitação por escrito do CONTRATADO e apresentação de informações (Planilhas de Custos), que serão analisadas pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será mensal, contra a entrega da nota fiscal/fatura relativa ao mês do serviço, para pagamento até o dia 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, devendo o Contratado comprovar estar com situação regular perante a seguridade social.

§1º Por ocasião dos pagamentos, o CONTRATANTE poderá efetuar o desconto dos valores de multas aplicadas ao CONTRATADO, em função de inadimplência na execução do contrato e outras despesas.

§2º Serão processadas as retenções a título de contribuição previdenciária conforme Instrução Normativa MPS/SRP nº 03, de 14 de julho de 2005 ou outras que vierem a regular a matéria.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1- Do CONTRATADO

- a) Cumprir o horário, trajeto e itinerário fixado pelo CONTRATANTE;
- b) Buscar os alunos nos locais determinados pelo CONTRATANTE;
- c) Tratar com cortesia e urbanidade os alunos transportados, os servidores encarregados da coordenação do transporte e os fiscais do Município;
- d) Responder, direta ou indiretamente, por qualquer dano causado ao CONTRATANTE, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa;
- e) Cumprir as determinações do CONTRATANTE;
- f) Alterar os itinerários e os horários, a pedido da administração, assim como executar eventual itinerário não descrito no Edital, quando se relacionar a atividades extracurriculares a critério da Secretaria Municipal da Educação, com a consequente repactuação das alterações e dos valores acordados, quando for necessário;
- g) Submeter os veículos à vistoria técnica semestral, a ser executada por técnico indicado pela Secretaria Municipal de Educação;
- h) Manter os veículos de acordo com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito e demais normas aplicadas à espécie, inclusive quanto às novas disposições legais que venham a ser editadas, além das determinações firmadas pelo TAC, anexo deste edital;
- i) Manter os veículos sempre limpos;
- j) Manter os veículos em condições ideais de segurança;



- l) Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto, da presente licitação inclusive os tributos Municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os serviços prestados;
- m) Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso aos veículos destinados à prestação dos serviços;
- n) Manter atualizada a documentação exigida no edital, relativa aos veículos e motoristas junto ao Setor de Licitações e Contratos.
- o) Comunicar por escrito ao Setor de Licitações e Contratos a alteração de veículo e motorista responsável pelo transporte quando a Contratada for Pessoa Jurídica.

II - DA CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento pelos serviços prestados, nas condições constantes da Cláusula Sexta deste Contrato;
- b) Acompanhar a execução do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

A presente contratação terá vigência a partir de até..... de..... de 2019, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se de interesse da Administração.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável por todo o passageiro que transporta, bem como as verbas decorrentes de possíveis acidentes de trânsito ou outras que possam ocorrer na constância do transporte independente do título: lucros cessantes, perdas e danos, danos morais, estéticos, indenizações de qualquer ordem, entre outras, e, pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do inciso 1º do art. 71, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

Independentemente das sanções penais cabíveis, da indenização por perdas e danos, e da possibilidade de rescisão, a administração, no caso de inexecução total ou parcial do futuro contrato, na forma do art. 87 da lei régia, poderá aplicar as seguintes sanções, cumuladas ou não com outras previstas no mesmo diploma legal: a) Advertência;

- b) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos equipamentos contratados;



- c) Multa moratória de 0,33% ao dia em relação ao atraso na execução do contrato;
- d) Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei.

Parágrafo primeiro A aplicação das sanções dos itens "d" ou "e", ou ambas, importam em rescisão automática e obrigatória deste contrato.

Parágrafo segundo As multas aplicadas na forma do item "b" e "c", deverão ser recolhida à Fazenda Municipal, até a data do primeiro pagamento a ser feito à CONTRATADA, após a aplicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos necessários para atender as despesas advindas da contratação com base neste Pregão Presencial, correrão por conta da dotação orçamentária para o ano de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

O CONTRATANTE exercerá fiscalização dos serviços, durante toda a fase de execução contratual, através da Secretaria Municipal da Educação.

Parágrafo único - Constatada qualquer irregularidade ao disposto neste contrato, o CONTRATANTE lavrará auto de Constatação de Irregularidade e notificará o CONTRATADO sobre eventuais providências que a mesma deva tomar para saná-las e das sanções administrativas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMUNICAÇÃO

A comunicação entre as partes, quando necessária, será efetuado por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Para dirimir as dúvidas e controvérsias emergentes deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Bom Retiro/SC.

E, por considerarem o presente instrumento de contrato conforme, subscrevem-no na presença e juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, forma e valor.

Alfredo Wagner, dede 2019.

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER CNPJ:

83.102.608/0001-54

/Contratante
TESTEMUNHA

p/Contratado

Nome
CPF
Nome
CPF



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PP – PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 06.2009.00003664-3

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por um lado, representado por seu Promotor de Justiça da Infância e Juventude em exercício nesta Comarca, **Nilton Exterkoetter**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, e do outro lado o **Município de Alfredo Wagner**, neste ato representado por seu Prefeito, ~~Seu Nivaldo Wessler~~, brasileiro, casado, aposentado, residente na Rua José de Anchieta, 126, Centro, na cidade de Alfredo Wagner/SC, doravante denominado **COMPROMITENTE**, ~~na qualidade de responsável pelo serviço de transporte escolar público do Município de Alfredo Wagner/SC~~, nesta comarca, nos autos do **Procedimento Preparatório PP nº 06.2009.003664-3**, instaurado pela Portaria nº 04/2008, nos termos do artigo 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000; e artigo 5º, § 6º da Lei n.º 7.347/85, tem entre si justo e acertado o seguinte:

Considerando que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis (artigo 201, inciso VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente);

Considerando as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129, da Constituição Federal, nos artigos 26 e 27, da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e nos artigos 82 e 83, da Lei Complementar Estadual n. 197/00 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina), de onde se extrai competir-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, em cujo contexto se insere a defesa judicial e extrajudicial dos direitos atinentes à



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Trânsito (CONTRAN);

Considerando que, de modo geral, a legislação brasileira deu tratamento especial aos veículos que transportam crianças e adolescentes, o que se justifica diante das peculiaridades deste meio de condução;

Considerando que o Código de Trânsito Brasileiro estabelece algumas condições específicas para o funcionamento do transporte escolar e sua condução, encontrando-se listadas nos seus artigos 136 e 138;

Considerando que compete aos Municípios realizar inspeções semestrais para a verificação dos itens de segurança para transporte escolar, bem como realizar vistorias nos veículos destinados ao transporte escolar municipal, nos termos dos artigos 136, inciso II, e 139, ambos do Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando, ainda, que também compete aos municípios adotarem as medidas necessárias no caso de a empresa terceirizada não se enquadrar nas exigências legais, e, ainda, conforme autoriza o artigo 139, do Código de Trânsito Brasileiro, legislar de modo complementar a respeito do transporte escolar em sua região;

Considerando que foi constatado que o Município de Alfredo Wagner/SC não conta com equipe qualificada para a realização das inspeções dos veículos destinados ao transporte escolar das crianças e dos adolescentes do Município;

Considerando que foram identificados no Município de Alfredo Wagner veículos em precárias condições de segurança e que, desta forma, não poderiam realizar transporte escolar de crianças e adolescentes;

Considerando que oferecer apenas o transporte escolar não é suficiente, é indispensável que o veículo esteja adequado ao seu destino e em observância a todos os critérios de segurança indispensáveis ao seu funcionamento;

Considerando que o transporte público escolar, no âmbito do Município de Alfredo Wagner é realizado sob responsabilidade do **COMPROMITENTE**, seja diretamente ou por meio da terceirização do serviço;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Considerando a necessidade de que sejam adotadas cautelas no que concerne a segurança das crianças e adolescentes que se utilizam do transporte escolar, a fim de preservar, efetivamente, a integridade física delas durante os itinerários percorridos;

Considerando a necessidade de adequar os veículos que realizam o transporte público escolar no Município de **Alfredo Wagner** às normas de trânsito específicas para esse fim, para que não ocorram mais acidentes como o ocorrido no dia 15 de setembro de 2009, que resultou no óbito da criança Harry Paulo da Silva;

E, por fim, **considerando** o teor do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.437/85, do artigo 89, da Lei Complementar Estadual n. 197/00, e do artigo 18, do Ato n. 81/2008/PGJ, que autorizam ao representante do Ministério Público a lavratura, com os interessados, de termo de compromisso de ajustamento de conduta às exigências normativas, com eficácia de título executivo extrajudicial,

RESOLVEM

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, doravante denominado **TERMO**, com fundamento no artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

~~Cláusula primeira~~ - Os veículos que realizarem o transporte escolar público no Município de **Alfredo Wagner** não conduzirão, sob hipótese alguma, mais passageiros do que a sua capacidade (art. 137, parte final, do CTB);

~~Cláusula segunda~~ - Todos os alunos serão transportados sentados e o **COMPROMITENTE** zelará, da forma que entender mais conveniente, para que todos utilizem cinto de segurança durante o transporte;

Cláusula terceira - Todos os veículos que realizarem o transporte escolar público deverão possuir **autorização** emitida pelo Órgão de Trânsito competente para executar o serviço de transportes escolar e estarem dotados com os equipamentos obrigatórios e de segurança previstos no Código de Trânsito Brasileiro e pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, (art. 136, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII, c/c art.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

137, primeira parte, ambos do CTB e Resolução nº 227, de 28 de maio de 2008), além dos seguintes requisitos:

1. apresentar perfeitas condições de trafegabilidade; –
2. possuir grade para separar os alunos da parte onde fica o motor, principalmente nos ônibus, micro-ônibus, vans e kombis, conforme cartilha emitida pelo Ministério da Educação;
3. ~~seguro contra acidentes para os passageiros;~~
4. ~~veículos com no máximo sete anos de uso, considerando-se o ano de fabricação;~~
5. registrador de velocidade (tacógrafo), substituídos diariamente e conservados pelo prazo mínimo de um ano, porque é preciso apresentá-los ao Detran, por ocasião das vistorias especiais;
6. faixas horizontais nas laterais e traseira, com pintura na cor amarela, contendo a palavra ESCOLAR na cor preta;
7. para os veículos kombis, a capacidade máxima é de até 15 alunos, com até 12 anos de idade, e todos com cinto de segurança;
8. as autorizações (emitidas pela Divisão de Fiscalização de Veículos e condutores do Detran, ou pela Circunscrição Regional de Trânsito, Ciretran) e a cópia da vistoria devem ser fixadas na parte interna do veículo e em local visível;
9. observar a velocidade máxima permitida e de acordo com as condições de segurança;
10. Efetuar as revisões obrigatórias determinadas pelo fabricante do veículo;

Cláusula quarta - A existência e o funcionamento dos equipamentos obrigatórios e de segurança, assim como as condições de trafegabilidade de todos os veículos que realizarem o transporte escolar deverão ser verificados, no mínimo, duas vezes por ano, de preferência, nos meses de janeiro e julho de cada ano, antes do início do primeiro e segundo semestres letivos, a iniciar-se no primeiro semestre de 2013, respectivamente, pelo DETRAN ou por um Organismo de Inspeção Credenciado pelo INMETRO (OIC), sendo responsabilidade do comprometente encaminhar os veículos às inspeções e arcar com os respectivos custos; mantendo-se cópia do relatório das inspeções no arquivo do Município, pelo prazo de cinco anos;

~~Cláusula quinta~~ - Os motoristas (condutores) que não tiverem Curso de Formação de Condutores de Veículos de Transporte de Escolares não poderão conduzir, em qualquer hipótese, veículos de transporte escolar; bem como aquele motorista (condutor) que tiver



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

cometido infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses (art. 138, incisos I, II, III, IV e V, do CTB), contados a partir de janeiro de 2012 e àqueles que não foram aprovados em exame psicotécnico especial para transporte de alunos e aqueles que não possuem matrícula específica de condutor de alunos no Detran, conforme cartilha emitida pelo Ministério da Educação;

~~Cláusula sexta~~ - Sempre que forem descumpridas quaisquer das obrigações previstas nas cláusulas primeira, segunda, terceira, quarta e quinta do presente ajuste, ficará o **COMPROMITENTE** sujeito ao pagamento de multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), corrigidos anualmente, pelo IGP-M, em janeiro de cada ano, por veículo irregular, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e criminais pertinentes. O Gestor Público, Prefeito Municipal, ficará sujeito ao pagamento de multa, pessoalmente, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), também corrigidos anualmente. Pelo IGP-M, em janeiro de cada ano, por veículo irregular e/ou obrigação, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e criminais pertinentes;

Cláusula sétima - A multa eventualmente incidente reverterá em prol do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FIA, do Município de **Alfredo Wagner**;

Cláusula oitava - O cumprimento das obrigações ajustadas não isenta o **COMPROMITENTE** de satisfazer quaisquer outras exigências previstas na legislação, tampouco de cumprir qualquer imposição de ordem administrativa no que concerne ao transporte escolar;

Cláusula nona - O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem força de título executivo extrajudicial, nos termos dos artigos 585, inciso VII, do Código de Processo Civil; 5º, § 6º, da Lei n.º 7.437/85; e, 89 da Lei Complementar Estadual n.º 197/200;

~~Cláusula décima~~ - A fiscalização é de responsabilidade do transportador, diariamente, e do Município de Alfredo Wagner/SC, a cargo do Secretário Municipal de Educação, a cada seis meses, adotando-se as providências necessárias, no caso de a empresa e/ou transportador não se enquadrar nas exigências legais, inclusive, legislar de modo complementar, se necessário, art. 139, do CTB. O Órgão de Trânsito Municipal ficará impedido de promover o emplacamento e/ou licenciamento, se os veículos não atenderem às normas legais e ao presente termo;



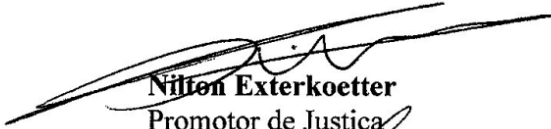
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

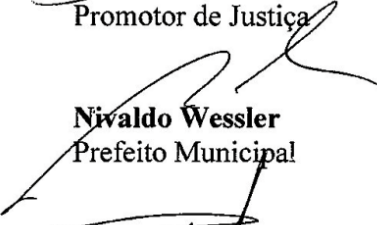
Cláusula décima primeira - A Polícia Militar, com sede em Alfredo Wagner/SC, se compromete a fiscalizar, no mínimo, uma vez em cada semestre, janeiro e julho, todos os veículos de transporte escolar e retirar de circulação aqueles que não atendem as exigências do Código de Trânsito Brasileiro, das Resoluções do Contran, da legislação municipal específica e do presente termo de ajuste; mantendo-se arquivados os relatórios das inspeções;

Cláusula ~~décima segunda~~ - O COMPROMITENTE se obriga, a partir de 2013, inclusive, a licitar o transporte escolar terceirizado, com prazo de validade até o dia 31 de dezembro do ano posterior ao término do mandato dos prefeitos, a fim de evitar atropelos na mudança de governos e para que não haja solução de continuidade dos serviços, com contratações emergenciais, sem as cautelas legais. A licitação deverá ser concluída até o dia 30 de junho do ano do término do contrato, para viabilizar a regularização dos veículos e dos condutores até o início da prestação dos serviços.

Assim, estando o **COMPROMITENTE** e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina devidamente acordados, assinam o presente Termo de Ajustamento de Conduta, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para que surta os devidos efeitos jurídicos.

Bom Retiro, 20 de dezembro de 2012.


Nilton Exterkoetter
Promotor de Justiça


Nivaldo Wessler
Prefeito Municipal


Raquel de Souza Freire
Delegada de Polícia Civil


Ivo Maluche
1º Sgt Comandante da Polícia Militar em Alfredo Wagner